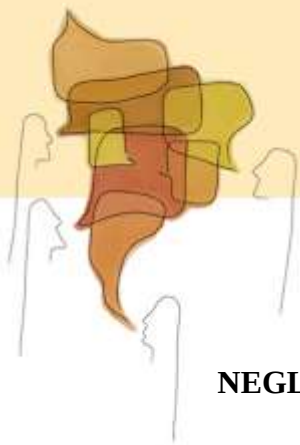




NEGLIGÊNCIA ESTATAL E ALTERNATIVAS COMUNITÁRIAS: O PAPEL DO OTT EM FAVELAS DA ZONA NORTE CARIOCA

Juliana Ramos da Silva¹

RESUMO

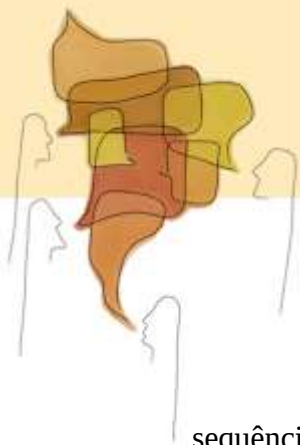
Este artigo analisa como o governo do Rio de Janeiro exerce violência e investiga a negligência estatal e as alternativas comunitárias em favelas da Zona Norte. O problema central é a violência sistemática promovida pelo Estado, por meio de operações militares, e suas consequências para os moradores dessas comunidades. O propósito da pesquisa é analisar o papel do aplicativo “Onde Tem Tiroteio” (OTT) como ferramenta de comunicação e proteção coletiva em meio à ausência de segurança estatal. A metodologia adotada segue uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental. Foram consultados artigos acadêmicos, relatórios institucionais e dados do próprio aplicativo OTT para compreender a dinâmica das operações policiais, seu impacto social e o uso da tecnologia como forma de resistência e organização comunitária. Os resultados apontam que a militarização da segurança pública tem levado a um cenário de violência extrema, afetando diretamente a mobilidade, a educação e a vida cotidiana dos moradores das favelas. A pesquisa destaca que o OTT funciona como uma alternativa eficaz para minimizar os riscos enfrentados pela população, permitindo a comunicação em tempo real sobre tiroteios e operações. No entanto, sua popularização também evidencia a falha estrutural do Estado na proteção de seus cidadãos. Este trabalho contribui para o campo dos estudos sobre segurança pública ao analisar como a tecnologia pode atuar como um mecanismo de proteção social diante da ausência estatal. Além disso, evidencia a necessidade de políticas públicas que priorizem o desenvolvimento social e a redução da violência de forma estrutural.

Palavras-chaves Segurança pública; Violência urbana; Negligência estatal; Tecnologias comunitárias; Favelas.

INTRODUÇÃO

O Rio de Janeiro vem sendo governado sob um viés violento para uma parcela específica da população, as pessoas pobres e negras moradoras das favelas, refletindo uma lógica fundamentada na militarização e no controle punitivo. Segundo Alexandre Magalhães (2021), em “A guerra como modo de governo em favelas do Rio de Janeiro”, essas práticas perpetua um “estado de exceção permanente” nas periferias, onde a criminalização da pobreza legitima operações militares que resultam em mortes, violações de direitos e um cotidiano de múltiplas inseguranças para essa população.

¹ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense – UFF. E-mail: ramosjuliana@id.uff.br. ORCID: 0009-0006-2954-3617.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

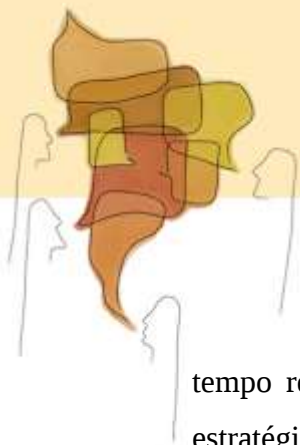
O recorte temporal escolhido para esse artigo foi o dos anos de 2019 a 2025, sendo a sequência de dois mandatos atuais violentos do estado do Rio de Janeiro. O governador Cláudio Castro foi reeleito em 2023, foi vice-governador em 2019 do Wilson Witzel e assumiu o governo inteiramente em maio de 2021, quando Witzel foi impeachmentado do cargo. Dando continuidade na gestão violenta de Witzel, principalmente para as populações pobres e periféricas que historicamente são marginalizadas, sendo na governança carioca algo já enraizado como um problema que os líderes não se preocupam em resolver.

A violência no Rio de Janeiro é resultado de um processo histórico complexo, que envolve fatores estruturais como desigualdade socioeconômica, racismo, urbanização precária e políticas de segurança pública baseadas na repressão e na militarização. Desde o período escravocrata, a cidade construiu uma lógica de exclusão espacial e social. Após a abolição, a população negra e pobre foi marginalizada e empurrada para os morros e periferias, formando os primeiros núcleos das favelas. Ao longo do século XX, a ausência de políticas habitacionais, de saúde, educação e segurança contribuíram para a precarização da vida nessas áreas.

A partir da década de 1980, com a expansão do tráfico de drogas e a chamada “guerra às drogas”, o Estado adotou uma postura militarizada, tratando territórios periféricos como inimigos a serem combatidos, o que se intensificou com o discurso de “inimigo interno”, amplamente difundido nos governos Witzel e Castro. Luiz Eduardo Soares (2006) e Michel Misse (2011) explicam que a violência nas favelas não pode ser compreendida apenas como resultado do crime organizado, mas sim como um produto de um modelo de gestão urbana que associa pobreza à criminalidade e reforça o genocídio da juventude negra.

Segundo Achille Mbembe (2016), essa lógica se aproxima do que ele chama de necropolítica, o poder de decidir quem deve viver e quem deve morrer no Rio de Janeiro essa tese se confirma, quando o Estado operando de forma seletiva sobre os corpos negros e periféricos.

Diante dessa realidade, os moradores de favelas e locais de violência recorrem a métodos alternativos de comunicação para garantir sua sobrevivência. Uma das ferramentas é o aplicativo Onde Tem Tiroteio (OTT), que desempenha um papel de troca de informações entre os usuários, uma forma crucial de disseminar alertas sobre quais áreas estão em risco por conta de operações, troca de tiros, invasões e outras formas de violência, tudo isso em



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

tempo real e com possibilidade de comunicação por comentários entre os usuários. Essas estratégias emergem como respostas às ausências do estado enquanto provedor de segurança, evidenciando a organização comunitária em meio a um cenário marcado pela negligência do governo, racismo e violência sistêmica.

Dessa forma, resta à população periférica a necessidade de se organizar de maneira independente para minimizar os impactos da negligência estatal e da violência sistêmica. O uso de tecnologias como o OTT evidencia a resistência cotidiana dessas comunidades, que, diante da ausência de políticas públicas eficazes, encontram formas de proteção mútua e sobrevivência em um cenário onde o Estado age mais como agente de repressão do que como garantidor de direitos.

MÉTODOS

A metodologia utilizada nesse artigo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa pautada na análise documental e revisão bibliográfica. O estudo investiga a negligência estatal e as alternativas comunitárias diante da violência urbana no Rio de Janeiro. A pesquisa baseia-se na revisão de artigos acadêmicos, relatórios institucionais e reportagens jornalísticas, a fim de contextualizar o impacto das megaoperações policiais militarizadas. Fontes como o Instituto de Segurança Pública (ISP), Rede de Observatório da Segurança e os dados fornecidos do próprio aplicativo OTT, também foram examinadas como análise documental e cartográfica.

A interseção entre teoria e dados empíricos permitiu uma abordagem crítica da problemática, evidenciando como a ausência de políticas públicas eficazes leva a adoção de estratégias comunitárias para minimizar os riscos enfrentados pela população mais vulnerável.

O governo do Rio de Janeiro e seu histórico

Wilson Witzel era juiz federal, tendo após 18 anos de cargo ingressado na política, sendo eleito pelo PSC (Partido Socialista Cristão) e governando o estado do Rio de Janeiro, do início do ano de 2019 até o dia 30 de Abril de 2021, quando foi impeachmado. O ex-governador Witzel, ganhou destaque por ter um enfático discurso ao combate à criminalidade, à corrupção e ao tráfico de drogas, mas foi reconhecido pelos eleitores por ter sido impulsionado pelo também candidato, Jair Bolsonaro.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

O governador adotou uma política de pouco investimento em educação, irregularidades nas emergências da pandemia de COVID-19, criando crises financeiras na saúde, porém na segurança pública ele estabeleceu uma abordagem militarizada e altamente combativa, com o intuito de cumprir o discurso que tinha endossado anteriormente para se eleger. Witzel foi acusado de liderar uma série de desvios de recursos públicos e consequentemente foi afastado do seu cargo, sendo o primeiro governador a sofrer um impeachment no estado do Rio, que foi aprovado em abril de 2021, passando a ser governado pelo seu vice Cláudio Castro.

Cláudio Castro que é advogado e cantor gospel iniciou sua carreira política como vereador também pelo partido PSC, tendo na carreira o cargo de chefe de gabinete na Assembleia Legislativa do Rio e sendo vice-governador. Após governar como vice no lugar de Wilson Witzel, ele se elegeu ao cargo de governador, novamente sendo apoiado por Jair Bolsonaro. Castro expandiu o modo de governo que o anterior gestor vinha fazendo, intensificando ainda mais o militarismo das operações e na educação, onde investiu em escolas cívico-militares, e na economia o investimento foi em parcerias com instituições privadas.

Castro liderou cerca de 300 operações militares de grande porte até o ano de 2024, sendo uma administração violenta camuflada de segurança pública para os civis. Outra continuidade da gestão anterior foi o mandato marcado por denúncias, pois durante a época de vereador enfrentou algumas investigações, sendo em 2024 indiciados pela Polícia Federal por corrupção e peculato.

A trajetória dos governos de Wilson Witzel e Cláudio Castro no estado do Rio de Janeiro foi marcada por uma forte ênfase no militarismo das operações de segurança pública, acompanhada de escândalos de corrupção e uma política econômica voltada para privatizações e parcerias com o setor privado. Witzel ascendeu ao cargo de governador impulsionado pelo discurso de enfrentamento ao crime e pela associação com Jair Bolsonaro, mas sua administração rapidamente se deteriorou devido a denúncias de desvio de recursos públicos, resultando em seu impeachment inédito no estado.

Cláudio Castro, inicialmente vice de Witzel, manteve e aprofundou as políticas de seu antecessor, consolidando uma gestão focada na repressão policial como principal estratégia de segurança pública. Sua administração foi caracterizada por um alto número de



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

operações militares e pela implementação de modelos educacionais alinhados ao militarismo. Paralelamente, denúncias de corrupção acompanharam sua trajetória política, culminando em investigações e indiciamentos ao longo de seu mandato.

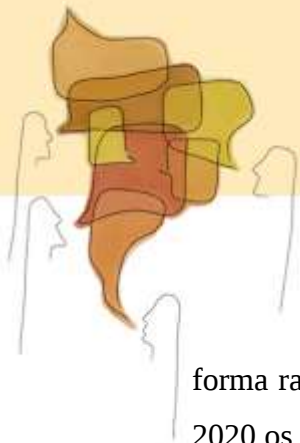
O legado desses governos evidencia a manutenção de uma política de segurança pública violenta, que impacta diretamente as populações mais vulneráveis, especialmente as que vivem em favelas e periferias. Além disso, a recorrência de escândalos de corrupção reflete uma crise de governança e transparência no estado do Rio de Janeiro. A continuidade dessas práticas demonstra a necessidade de uma revisão estrutural das políticas públicas, priorizando o desenvolvimento social e o fortalecimento da gestão estatal de forma ética e eficiente.

O impacto da violência na vida carioca

No Rio de Janeiro, o período de 2019 a 2024 foi marcado por uma intensificação das operações militares e policiais, especialmente na Zona Norte, sendo mais violento no Complexo do Alemão e Penha. As megaoperações nesse período de governo Witzel e Castro resultaram em um número expressivo de mortos e feridos, entre eles crianças, jovens, adultos, idosos e policiais. A frequência das operações aumentou consideravelmente nos anos desses governos, estimado em mais de 6.000 mortes em confrontos, tendo um número maior na Zona Norte, grande parte dos assassinados sendo civis, além das suspensões de aulas, fechamento de escolas e sensação de pânico da população.

O Instituto de Segurança Pública (ISP) em 2019 registrou mais de 1.800 mortes atribuídas a ações policiais, o maior já registrado em um único ano, refletindo a estratégia de governo de Witzel. O mandato incompleto dele foi caracterizado por táticas agressivas e letais, priorizando o uso de atiradores e helicópteros. Um dos exemplos foram os aumentos de operações no Complexo do Alemão, enquanto as organizações de direitos humanos e os moradores protestavam contra os abusos e mortes, o governo argumentava que as ações eram realizadas com o intuito de enfraquecer o tráfico e trazer segurança para a população.

Seguindo o mesmo plano, Castro priorizou a intensidade na abordagem dentro das comunidades, como por exemplo, a maior ação policial do Rio sendo a do Morro do Jacarezinho em 2021, a mais letal com 28 mortes, além de 11 policiais feridos. Castro seguiu priorizando ações repressivas e não atentando-se para as políticas sociais, combatendo de



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

forma rasa as reais estruturas do crime. A Rede de Observatórios de Segurança publicou em 2020 os dados sobre a violência no Brasil, como pode ser analisado na Figura 1 abaixo, o Rio possui o destaque em mortos e feridos. Não somente nisso, porém também, no número expressivo de 101 chacinas em somente 1 ano.

FIGURA 1 – Ações policiais



Fonte: Rede de Observatórios da Segurança.

As megaoperações nas favelas da Zona Norte, especialmente no Complexo do Alemão e Penha tiveram números expressivos de combate. Em Julho de 2022 no Alemão, foram 18 mortes, já em Junho de 2023 na Penha, o resultado foi a morte de 7 suspeitos. Ocorrendo também em 2023, em Outubro e apenas 6 meses depois, em Abril de 2024 outras ações. Em Janeiro de 2025, uma nova megaoperação foi realizada nos complexos, deixando 6 mortos e 9 feridos, ela teve mais de 12 horas de duração, 15 linhas de ônibus trocaram seus itinerários e ao menos 4 clínicas da família fechadas. O governo monta estratégias falhas para o combate ao crime, mas os resultados alcançados são as diversas mortes e feridos, que são em grande parte civil, unidades de saúde fechadas, modificação em rotas de transportes públicos e o impacto de mais de 12 mil estudantes com aulas suspensas.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

O discurso oficial do Estado sobre as megaoperações policiais frequentemente as apresenta como uma solução para a segurança pública. No entanto, essa narrativa reforça estereótipos de marginalização das pessoas que vivem nas favelas e periferias, especialmente entre aqueles que não convivem com a violência cotidiana. Esse processo contribui para a naturalização da repressão nesses territórios, condicionando seus moradores a uma realidade de constante violência e controle, muitas vezes sem considerar seu direito à dignidade e segurança.

Como descreve Magalhães em seu artigo, essa lógica desumanizadora perpetua a exclusão social, ao tratar comunidades inteiras como ameaças em potencial, em vez de garantir políticas públicas que promovam a cidadania e os direitos fundamentais.

A construção das imagens reforça, pela repetição, a afirmação de como as tecnologias de produção da guerra necessariamente se articulam através da construção do Outro. Uma parte considerável da peça exalta as belezas e os pontos turísticos do Rio, destacando os bairros considerados nobres. As partes tidas como não tão nobres assim, periferias e favelas, têm uma aparição tímida, mas muito significativa: mostram-se militares entrando em favelas com suas armas e tanques, reforçando no imaginário coletivo a ideia de que aquele não só é o lócus primordial da violência que se espraia para o restante da cidade, como também que a única “solução” possível para os problemas existentes seria a produção da guerra (Magalhães, 2021).

O impacto do racismo na escolha de locais dessas operações é notável, estudos da Rede de Observatórios da Segurança apontam que a maior parte das vítimas são pessoas negras, sendo 86% mortas. O caso já citado de 2022 no Alemão, que resultou em 18 mortes, reforça o padrão racista dos corpos violentados. Desde antes do nascimento das favelas, os cortiços já eram racializados, o factual de hoje é apenas um reflexo e uma continuidade do que é a história de marginalização dos corpos pretos no Brasil. Como aponta Lélia Gonzalez (2020), a categoria de *amefricanidade* é essencial para compreender a construção histórica e política da identidade negra nas Américas, especialmente nas suas interações com estruturas de poder que promovem o apagamento e a violência. A experiência da população negra nas favelas brasileiras não pode ser dissociada desse contexto colonial e diaspórico, pois carrega os traços de uma exclusão que é simultaneamente racial, social e cultural. A forma como o governo escolhe operar dentro desses espaços é premeditada, pois, o lugar máximo de poder analisa essa parcela da população sob um olhar de subserviência marginal, que precisa e deve



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

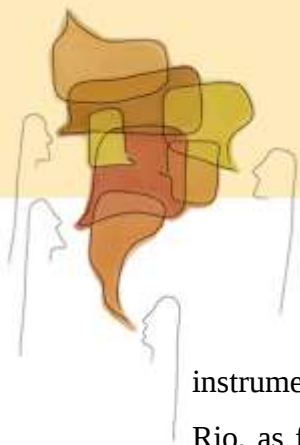
ser exterminada. Os dados da Agência Brasil relatam jovens que tiveram suas vidas interrompidas.

Segundo levantamento da instituição, 48 crianças e adolescentes entre 7 meses e 14 anos de idade foram mortas nos últimos quatro anos. Dessas, 37 (77%) foram vítimas de balas perdidas, e 11 (23%), executadas em diferentes circunstâncias, algumas envolvendo ações policiais (Barbosa, 2024).

O fato da polícia, civil ou militar, subir o morro tendo na mira um foco, que explicado pelos governantes seria o de segurança e combate ao crime, não condiz com as inúmeras crianças e jovens que tiveram suas vidas ceifadas. É um tanto questionável a forma como os líderes de estado lamentam essas mortes, quando ao comandar para os militares subirem nas favelas, colocam em risco milhares de vidas, que não pertencem ao crime organizado. As ações de gestores como Witzel e Castro, são realizadas de forma desumana para todos, porém, mais danosas aos indivíduos que não deveriam se preocupar com sua proteção vital.

A violência que assola as favelas da Zona Norte do Rio de Janeiro, particularmente no período de 2019 a 2025, pode ser compreendida à luz da análise foucaultiana sobre as tecnologias de poder. Em *Segurança, território, população*, Michel Foucault (2008) descreve a transição de uma soberania baseada na punição e na repressão para formas de governamentalidade que articulam segurança, controle e biopolítica. Contudo, nas favelas cariocas, observa-se uma operação invertida: o Estado reativa formas de soberania clássica, o direito de matar, sob o pretexto de produzir segurança. A atuação militarizada do governo, com uso recorrente de operações letais e ostensivas, opera como uma tecnologia de controle que não visa proteger a população, mas sim gerir a sua morte como parte de uma política seletiva.

Foucault afirma que o Estado moderno gerencia a população por meio da distribuição dos riscos e da vigilância dos corpos, mas nas favelas essa gestão adquire um caráter necropolítico, revelando o abandono programado de determinados grupos sociais. As constantes chacinas, o fechamento de escolas e unidades de saúde, e a interrupção da mobilidade nas comunidades não são acidentes colaterais, mas evidências de uma racionalidade política que define onde e sobre quem o Estado exercerá sua função repressiva. Como em *Vigiar e Punir* (Foucault, 2006), o autor demonstra que a punição não é apenas um



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

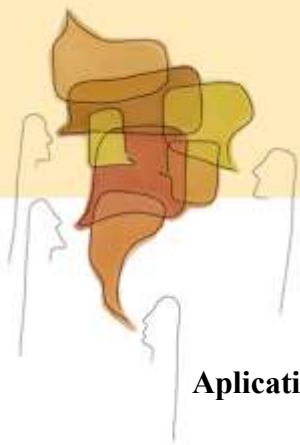
UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

instrumento de justiça, mas uma técnica de disciplina que marca corpos e espaços. No caso do Rio, as favelas são marcadas simbolicamente como territórios de exceção, onde a lógica do castigo se sobrepõe ao cuidado e à cidadania.

Além disso, Foucault ressalta que o poder disciplinar atua não só pela violência física, mas também pela produção de subjetividades. O impacto psicológico causado pela presença constante da violência, sobretudo nas populações racializadas, evidencia o êxito desse dispositivo disciplinar em fabricar sujeitos submetidos ao medo. O cotidiano sob tiroteios e operações transforma a favela em um “panóptico a céu aberto”, onde a visibilidade e o controle se impõem, não para corrigir comportamentos, mas para instaurar a obediência pela intimidação. Assim, o que se observa no Rio de Janeiro é uma forma de biopolítica distorcida, que não visa promover a vida, mas gerenciar a morte daqueles considerados descartáveis pela lógica estatal.

A violência estatal nas favelas do Rio de Janeiro não pode ser dissociada do contexto histórico de exclusão social e racial no Brasil. O padrão de criminalização da pobreza e da negritude é evidente nas estatísticas que indicam que a maioria das vítimas das operações policiais são jovens negros. Esse processo reforça a marginalização dessas populações e perpetua ciclos de violência que dificultam a construção de políticas públicas eficazes para a redução da criminalidade. Viver em um constante estado de alerta é grandiosamente prejudicial, e para a população racializada é um tópico relevante, já que o genocídio negro e o racismo matam individualmente, quando não de fora para dentro com balas, de dentro pra fora pela saúde mental adoecida.

Diante desse cenário, é urgente que a segurança pública seja pensada de forma mais ampla, incorporando políticas sociais que atendam às necessidades das comunidades e reduzam os fatores estruturais que alimentam a violência. A ênfase exclusiva em estratégias repressivas não apenas falha em solucionar os problemas de criminalidade, mas também aprofunda a desigualdade e a insegurança nas áreas mais afetadas. Portanto, o futuro da segurança no Rio de Janeiro deve passar por uma revisão crítica das abordagens adotadas até então, priorizando investimentos em educação, geração de emprego e fortalecimento dos direitos humanos como caminhos mais eficazes para a construção de uma sociedade menos violenta e mais justa.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

Aplicativo “Onde Tem Tiroteio” como ferramenta de comunicação

O aplicativo Onde Tem Tiroteio (OTT) surgiu como uma ferramenta essencial para a comunicação e o mapeamento de tiroteios em tempo real, especialmente no estado do Rio de Janeiro. Como descrito pelos criadores do aplicativo, o OTT foi criado em janeiro de 2016 por quatro amigos preocupados com o aumento descontrolado da violência no Rio de Janeiro, tendo como objetivo principal alertar os cidadãos sobre locais de risco, ajudando-os a evitar áreas com arrastões, bloqueios irregulares e disparos de arma de fogo. As informações são coletadas, verificadas e divulgadas em tempo real, permitindo uma resposta rápida e eficiente para quem transita pela cidade.

Ao desempenhar um papel fundamental na organização, o aplicativo ajuda na rotina dos moradores de áreas afetadas por operações militares e tiroteios. Por meio do monitoramento em tempo real, os usuários podem acompanhar se disparos de arma de fogo ainda estão ocorrendo em determinada região, permitindo que tomem decisões mais seguras antes de sair de casa, voltar do trabalho ou buscar seus filhos na escola.

Uma das principais funcionalidades do aplicativo é a possibilidade de verificar não apenas a ocorrência de tiroteios, mas também sua duração e intensidade. Ao fornecer atualizações contínuas, o OTT ajuda os moradores a se planejarem para possíveis novas operações policiais, evitando deslocamentos em horários críticos. Além disso, ao consultar relatos de outros usuários e acompanhar a evolução das situações de risco, as pessoas podem avaliar se a região já está segura para retornar. O impacto dessa ferramenta vai além da segurança individual, pois também permite que trabalhadores, comerciantes e até motoristas de transporte público ajustem suas rotas e horários conforme a movimentação da violência.

Diferentemente de outras redes sociais e aplicativos de mensagens como WhatsApp, o aplicativo Onde Tem Tiroteio (OTT) foi criado com uma funcionalidade específica e vital: informar, em tempo real, sobre ocorrências de violência armada em regiões urbanas. Enquanto redes sociais tradicionais exigem conexões pessoais, hashtags ou grupos específicos para compartilhar alertas, o OTT centraliza e organiza essas informações com foco exclusivo em segurança pública, oferecendo mapeamento geolocalizado, curadoria das informações enviadas pelos usuários e atualizações constantes verificadas por uma equipe.

A relevância do aplicativo está associada ao contexto de violência urbana no Rio de Janeiro, onde operações policiais e conflitos entre facções criminosas frequentemente

III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

resultam em tiroteios em vias públicas, favelas e periferias. Nesse contexto, a comunicação rápida e acessível torna-se um recurso fundamental para a preservação da vida dos indivíduos que moram ou circulam por locais de risco. O aplicativo funciona por meio de alertas feitos por usuários, que são verificadas e publicadas pela equipe responsável, garantindo um fluxo contínuo de informações atualizadas 24 horas todos os dias.

O aplicativo fornece ferramentas de análise de pesquisas quantitativas com gráficos sobre o território e suas violências, podendo ser analisado nas Figuras 2, 3 e 4. Proporcionando o acesso a um relatório mensal, contendo o número de alertas gerais por semana, bairros e municípios que recebem mais citações, semanalmente e mensalmente. O serviço que o OTT fornece, vai além dos relatórios governamentais, pois traz com transparência o real monitoramento da dimensão violenta do Rio de Janeiro.

FIGURA 2 – Dados do OTT



FIGURA 3 – Dados do OTT



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

FIGURA 4 – Dados do OTT

TOP 10 BAIRROS: SEMANA(RJ)



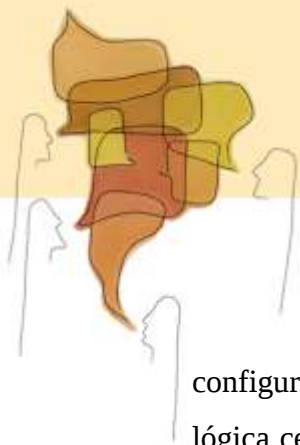
Fonte: Dados retirados do aplicativo OTT em 28 de Janeiro de 2025.

A relação entre cartografia e violência urbana é um tema amplamente debatido nas ciências sociais, destacando o papel dos mapas como ferramentas de controle territorial e demarcação de fronteiras sociais. A socióloga Íris de Macedo Rosa (2021) explora essa interseção, enfatizando como a cartografia não apenas representa o espaço geográfico, mas também traduz e reproduz relações de poder, conflitos e dinâmicas sociais.

Historicamente, mapas são decisivos na arte da guerra e das conquistas territoriais, demarcando e materializando fronteiras espaciais e principalmente sociais. O mapa e a perspectiva cartográfica como dispositivos de controle e vigilância do território não se restringem ao domínio visual. A cartografia possibilita representar as tensões, conflitos e interações do mundo social. Ao representar os alertas em formato de mapa, o OTT-RJ produz subjetividade acerca do território, construindo fronteiras que orientam a vida de seus usuários (Rosa, 2021).

Além de seu papel na segurança pública, o OTT também pode ser analisado sob a perspectiva do jornalismo cidadão e da tecnologia como meio de resistência social, já que surgiu sob um método alternativo para alertar os cidadãos. Ao descentralizar a informação e permitir que qualquer pessoa relate incidente, o aplicativo democratiza o acesso aos dados sobre violência, muitas vezes complementando ou até mesmo antecipando informações divulgadas por veículos de imprensa e órgãos oficiais. Um recurso que o aplicativo possui, são os comentários nas publicações de alertas, tornando a comunicação mais fácil entre os usuários.

O aplicativo se insere dentro de um fenômeno mais amplo de produção cidadã de dados, no qual moradores comuns tornam-se agentes ativos na coleta, verificação e difusão de informações sensíveis sobre seu próprio território. Segundo Reis e Serra (2022), o OTT



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

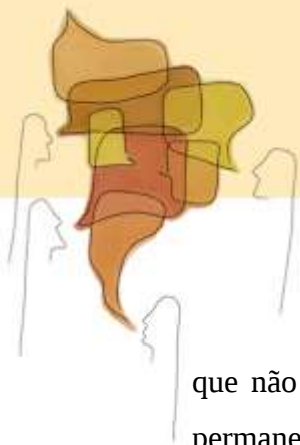
configura um dispositivo de informação colaborativa e fluxo distributivo, que rompe com a lógica centralizada dos sistemas estatais ou da mídia tradicional, ao permitir que a população co-produza dados sobre a violência urbana a partir de suas experiências diretas. Essa dinâmica transfere parcialmente o poder de definir o que é notícia e o que merece atenção pública, desafiando a hierarquia informacional que normalmente invisibiliza as favelas. O uso cotidiano do OTT representa, portanto, uma prática onde o registro e a circulação de alertas, imagens e mapas não apenas informam, mas também constroem um discurso contra-hegemônico sobre segurança pública. Ao colocar os moradores no centro da narrativa, o aplicativo contribui para uma nova cartografia social e afetiva da cidade, baseada na vivência concreta da violência e não apenas nas estatísticas oficiais.

No entanto, o uso do aplicativo também deve levantar questionamentos sobre o impacto da constante exposição à violência no cotidiano, logo que, o excesso de notificações sobre tiroteios pode gerar um estado de alerta contínuo, contribuindo para o sentimento de insegurança e a normalização da violência urbana. Algo que deveria ser observado com atenção por parte dos gestores estaduais do Rio, já que, a segurança inexistente abre caminhos para iniciativas de ajuda aos indivíduos, como por exemplo, a criação do OTT.

Dessa forma, o “Onde Tem Tiroteio” representa um avanço na comunicação e no uso da tecnologia para mitigar riscos em contextos urbanos violentos. Seu impacto na sociedade evidencia a necessidade de políticas públicas eficazes na segurança, que reduzam a dependência de ferramentas emergenciais e garantem o direito à mobilidade e à segurança para toda a população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas ao longo deste estudo evidenciam a falha estrutural do Estado na garantia da segurança pública nas favelas da Zona Norte do Rio de Janeiro. A abordagem militarizada, adotada como principal estratégia governamental, não apenas falha em reduzir a criminalidade, mas intensifica a violência, resultando em milhares de mortes, o fechamento de escolas, a interrupção de serviços essenciais e a insegurança cotidiana. O discurso oficial que justifica essas operações como medidas de proteção ignora o fato de que as principais vítimas são civis, em sua maioria negros e moradores de comunidades historicamente marginalizadas. A recorrência dessas práticas reflete um padrão de atuação



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

que não visa a erradicação da violência, mas sim a manutenção de um estado de exceção permanente, no qual determinadas parcelas da população são sistematicamente alvos de repressão letal.

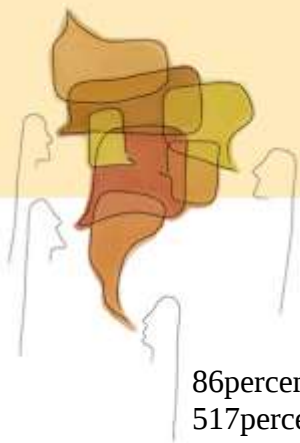
Diante desse cenário, a população dessas áreas desenvolve estratégias próprias de sobrevivência, como o uso do aplicativo Onde Tem Tiroteio (OTT), que se tornou uma ferramenta essencial para a mobilidade e segurança dos moradores. No entanto, a existência e a popularização desse tipo de recurso apenas reafirmam a ausência do Estado na proteção de seus cidadãos, delegando à própria comunidade o papel de se organizar frente a um problema que deveria ser resolvido por políticas públicas eficazes. A dependência de mecanismos emergenciais de autoproteção demonstra que o governo falha em seu dever de garantir direitos fundamentais e, sobretudo, à vida.

A militarização do policiamento, amparada por uma lógica racista e punitiva, revela um projeto político que criminaliza a pobreza e transforma a violência estatal em rotina. A negligência governamental não apenas legitima essas práticas, como também reforça a desumanização dos moradores de favelas, tratados como ameaças a serem eliminadas, em vez de cidadãos que deveriam ser protegidos. O alto número de chacinas, as mortes de crianças e o impacto psicológico de viver sob constante perigo são sintomas de uma política de segurança pública falha, que perpetua ciclos de violência sem atacar suas causas estruturais.

Portanto, torna-se primordial questionar e reformular as normas que regem a segurança pública no Rio de Janeiro. O enfrentamento à criminalidade não pode continuar sendo reduzido a uma guerra que sacrifica vidas inocentes e destrói comunidades inteiras. A implementação de políticas voltadas para a educação, geração de emprego e fortalecimento dos direitos humanos é o único caminho capaz de romper com esse paradigma de violência descontrolada. Sem essa mudança estrutural, a população das favelas seguirá submetida a um cotidiano de medo e insegurança, enquanto o Estado, que deveria garantir sua proteção, permanece como um dos principais agentes de sua morte.

REFERÊNCIAS

ALVES, Raoni. Estudo diz que 86% dos mortos em ações policiais no RJ são negros, apesar de grupo representar 51,7% da população. **G1 Rio**, Rio de Janeiro, RJ, 14/12/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/12/14/estudo-diz-que->



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

86percent-dos-mortos-em-aco-es-policiais-no-rj-sao-negros-apesar-de-grupo-representar-517percent-da-populacao.ghml. Acesso em: 28 jan. 2025.

BARBOSA, Francielly. ONG protesta contra morte de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 18/12/2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-12/ong-protesta-contramorte-de-criancas-e-adolescentes-no-rio-de-janeiro>. Acesso em: 30 jan. 2025.

BARRETO, Anna Luiza; FURTADO, Natalia. PM faz operação nos complexos do Alemão e da Penha na Zona Norte do Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, RJ, 27/02/2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/02/27/pm-faz-operacao-nos-complexos-do-alemao-e-da-penha-na-zona-norte-do-rio.ghml>. Acesso em: 27 jan. 2024.

BOECKEL, Cristina. Estudo mostra que 74% das escolas do Rio tiveram pelo menos um tiroteio no entorno no ano de 2019. **G1 Rio**, Rio de Janeiro, RJ, 07/02/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/02/07/estudo-mostra-que-74percent-das-escolas-do-rio-tiveram-pelo-menos-um-tiroteio-no-entorno-no-ano-de-2019.ghml>. Acesso em: 27 jan. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de: Eduardo Brandão. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de: Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

G1 RIO. **Megaoperação na Penha tenta prender chefes do Comando Vermelho; há 6 feridos e 1 morto**. Rio de Janeiro, RJ, 03/12/2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/12/03/operacao-no-complexo-da-penha-nesta-terca-feira.ghml>. Acesso em: 27 jan. 2025.

G1 RIO. **Cláudio Castro toma posse para o segundo mandato**. Rio de Janeiro, RJ, 01/01/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/ao-vivo/claudio-castro-toma-posse-para-o-segundo-mandato.ghml>. Acesso em: 25 jan. 2025.

G1 RIO. **Operação com mortes no Alemão repercute no Brasil e no exterior**. Rio de Janeiro, RJ, 22/07/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/07/22/operacao-com-mortes-no-alemao-repercute-no-brasil-e-no-exterior.ghml>. Acesso em: 25 jan. 2025.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: CARNEIRO, S. (org.). **Lélia Gonzalez**: primavera para as rosas negras. São Paulo, SP: Zahar, 2020.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 2008.

MAGALHÃES, Alexandre. A guerra como modo de Governo em favelas do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v. 36, n. 106, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3610600/2021>

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Revista Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, RJ, n. 32, p. 122-151, 2016.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

MISSE, Michel. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, PR, v. 19, n. 40, p. 13-25, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000300003>

O DIA. **Megaoperação no Complexo do Alemão tem cinco mortos e moradores feridos**. Rio de Janeiro, RJ, 30/01/2025. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2025/01/6991743-megaoperacao-no-complexo-do-alemao-tem-cinco-mortos-e-moradores-feridos.html>. Acesso em: 20 jan. 2025.

O DIA. **Megaoperação nos complexos do Alemão e Penha mira criminosos de outros estados**. Rio de Janeiro, RJ, 10/04/2024. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2024/04/6834799-megaoperacao-nos-complexos-do-alemao-e-penha-mira-criminosos-de-outros-estados.html>. Acesso em: 26 jan. 2025.

PEREZ, Fabiola; NEVES, Rafael. RJ: 48% das crianças e adolescentes baleados são atingidos em ação policial. **UOL**, São Paulo, SP, 11/08/2023. Cotidiano. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/08/11/criancas-baleadas-rio-de-janeiro-levantamento-fogo-cruzado.htm>. Acesso em: 27 jan. 2025.

PINHO, Bernardo. Operação nos complexos do Alemão e da Penha deixa mortos na Zona Norte do Rio. **R7 Notícias**, Rio de Janeiro, RJ, 24/05/2023. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/operacao-nos-complexos-do-alemao-e-da-penha-deixam-mortos-na-zona-norte-do-rio-24052023/>. Acesso em: 26 jan. 2025.

REIS, Aline Grupillo; SERRA, Joaquim Paulo. Onde tem tiroteio: informação colaborativa e fluxo distributivo de imagens da violência urbana no Brasil. **Interin**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 58-80, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/357509138_Onde_Tem_Tiroteio_informacao_colaborativa_e_fluxo_distributivo_de_imagens_da_violencia_urbana_no_Brasil. Acesso em: 02 maio 2025

ROSA, Iris de Macedo. OTT-RJ: uma cartografia social da violência urbana carioca. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP)**, São José do Rio Preto, SP, v. 4, n. 10, p. 24-34, 2021. <https://doi.org/10.36776/ribsp.v4i10.105>

SOARES, Luiz Eduardo. **Desmilitarizar**: segurança pública e direitos humanos. São Paulo, SP: Boitempo, 2019.

SOARES, Luiz Eduardo. **Rio de Janeiro**: histórias de vida e morte. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2006.